

História da Frente da Zambézia contada pelo Povo de Lugela

[por Bridget O'Laughlin]

O distrito de Lugela viveu as formas clássicas de exploração da Zambézia no tempo colonial: os homens, contratos de seis meses nas plantações de chá da serra de Taçuane ou na grande plantação de sisal de Namagoa; as mulheres, cultura obrigatória do algodão nas zonas apropriadas. A administração colonial ocupava-se quase exclusivamente das zonas mais povoadas e propícias para as culturas comerciais, deixando como reserva de mão-de-obra a vasta zona ocidental do Distrito cortada pelas serras de Muabanama.

AS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS E A RESPOSTA PORTUGUESA

Em Lugela, quando as pessoas ouviram falar da independência do Malawi e da Tanzânia, começaram também a considerar a possibilidade da independência para Moçambique. O tema entrou nas conversas, registando-se discussões particularmente vivas nas plantações, entre os trabalhadores, e entre ex-alunos da Missão Munguluni. Este estabelecimento da

A abertura da Frente da Zambézia pela FRELIMO e outros aspectos relacionados com a História de Moçambique da década de 1960 — tal como são presente-mente recordados pela população do distrito de Lugela — são descritos no trabalho que se segue. A recolha tornou-se possível através de conversas e entrevistas realizadas por brigadas do Centro de Estudos Africanos no decurso de um trabalho de investigação de campo efectuado este ano naquele distrito da província da Zambézia. No entanto, e como a referida investigação visava um outro objectivo — um estudo das condições económicas do desenvolvimento do movimento cooperativo em Lugela — a presente recolha resulta necessariamente pobre e incompleta.

Há, por certo, pessoas que sabem muito mais do que aquilo que aqui virá escrito, e que poderiam aprofundar muitos dos seus pontos. Assim, procura-se apenas iniciar a prática da redacção de recolha oral sobre períodos importantes na luta de classes em Moçambique. Períodos atravessados por pessoas que ainda vivem hoje e que precisamente por isso sobre eles se podem (e devem) pronunciar.

seita protestante dos «Adventistas do Sétimo Dia» tinha — e ainda tem hoje — grande influência no distrito de Lugela.

Alguns seriam depois informados sobre a formação de grupos nacionalistas moçambicanos no estrangeiro e, mais tarde, ouviriam falar da FRELIMO. Para se juntarem à Frente, alguns jovens, em vez de irem trabalhar para as plantações, fugiriam para o Malawi, seguindo daí para a Tanzânia.

A brecha aberta no sistema colonialista pelas independências daqueles países pesara tanto sobre a administração portuguesa como apaixonara os jovens de Lugela.

Para se refazer do golpe e combater o nacionalismo emergente, o Governo colonial português tomou entretanto diversas medidas que tiveram repercussões no Distrito em causa.

O trabalho forçado foi legalmente abolido, significando isto para os trabalhadores das plantações que já não eram presos quando faltavam ao trabalho e que os salários começaram a aumentar. Para as mulheres, no entanto, esta medida não significou muito. O sistema



Eliminar os aspectos mais brutais do trabalho forçado foi uma das táticas do governo colonial para travar a luta armada

de cultura forçada a que estavam amarradas continuou de facto, e as que não cumpriam devidamente nas machambas o que lhes era imposto pelo administrador continuaram a ser presas ou punidas.

Por outro lado, entretanto, o administrador procurava garantir a fidelidade de régulos, cabos e «samaçoas»: ia almoçar, juntamente com a família, a casa dos régulos vizinhos; mandou construir novas residências para alguns deles; apoiou o seu desenvolvimento como agricultores com mais posses através de pequenas obras — tais como, a construção de pequenas represas, etc. Finalmente, escolheu alguns régulos que deveriam participar numa assembleia simbólica em Quelimane, denominada «Junta Distrital da Zambézia».

O Governo colonial, no entanto, não se limitou a utilizar pequenas reformas e o engodo e aliciamento de cúmplices moçambicanos para

tentar deter o crescimento do movimento nacionalista. Começou logo a reforçar e alargar as suas armas de repressão: os agentes da chamada «Psico-social» andavam no Distrito, concentrando a sua vigilância sobre as populações e trabalhadores das plantações; o administrador mantinha contactos com a PIDE e com o batalhão estacionado na cidade de Mocuba.

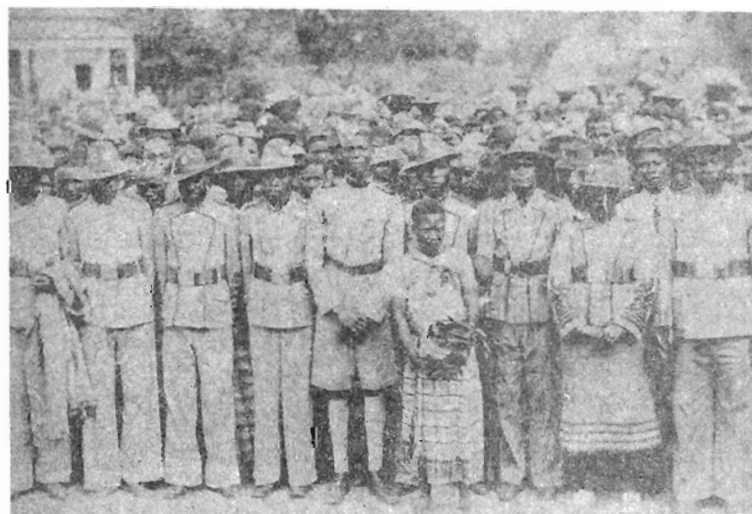
Porém, apesar do clima de mudança e dos seus novos preparativos para esmagar qualquer tentativa de insurreição, a administração foi colhida de surpresa pelo primeiro golpe montado no Distrito pela FRELIMO, em Outubro de 1964.

A ABERTURA DA FRENTE DA ZAMBÉZIA

Ao longo do ano de 1964 foram chegando aos distritos de Lugela, Milange, Namarrói e Morrumbala grupos de militantes da FRELIMO. A sua missão era preparar a abertura da luta armada na Zambézia.

Dadas as suas boas condições, a serra de Muabanarna foi escolhida pelos guerrilheiros para instalar uma base. A partir desta se fez depois toda a organização e coordenação dos diversos grupos e foi desencadeada a mobilização da população de Lugela para o apoio à luta. Os militantes percorreram toda a zona, fazendo «banjas» com o povo nas montanhas, recrutando novos membros, falando sobre a necessidade de pôr fim ao colonialismo português.

Um dos dirigentes dos guerrilheiros era Rui Alberto Mutumula, originário do Distrito e antigo aluno da Missão Munguluni. O pai tinha sido régulo na localidade de Munhamade, nas proximidades da sede e da plantação de Namagoa (hoje, círculo de Tude). Mutumula era um indivíduo extremamente hábil, que



Régulos; instrumento fiel e servil do colonialismo

conhecia muito bem o Distrito inteiro. Depois de fazer a tropa colonial, tinha sido intérprete no Posto administrativo de Tacuane.

Em Iossa, na localidade de Lugela, um grupo de homens que incluía alguns antigos colegas de Mutumula na escola de Munguluni, costumavam então reunir-se para debater problemas políticos. Eles decidiram chamar Mutumula para se esclarecerem sobre os objectivos da luta. Depois de conversarem com ele, aderiram à FRELIMO, adquirindo os respectivos cartões, e começaram a divulgar mais amplamente, entre a população, as notícias do desafio lançado ao colonialismo português. Mutumula deu-lhes também dinheiro para que comprassem sapatos e provisões destinados aos guerrilheiros nas lojas de Mucubi. Algumas famílias contribuiriam também com comida.

Os militantes da FRELIMO tentaram ainda obter apoio de determinados régulos e cabos que se tinham mostrado interessados no movimento. Foram bem recebidos nalgumas rege-dorias afastadas da sede e em Mudedereia (hoje Ebide), perto da sede de Tacuane. Outras «autoridades tradicionais», no entanto, recusaram totalmente contrariar a administração colonial. Na altura, como é evidente, mesmo os régulos simpatizantes faziam todos os possíveis para esconder do Governo português as suas ligações com o movimento de libertação. Só em 1974, por exemplo, é que a população tomou conhecimento de que o régulo de Mucoia tinha sido durante dez anos colaborador clandestino da FRELIMO.

Tendo preparado uma rede preliminar de apoio no Distrito, os guerrilheiros montaram, na noite de 24 de Outubro, um ataque contra o Posto administrativo e uma loja de Tacuane, matando um empregado da loja.

A resposta do Governo colonial foi imediata e dura: destacou soldados para Tacuane; organizou batidas no mato; enviou agentes de casa em casa em busca de cartões e panfletos da FRELIMO; prendeu e matou muita gente. Por fim, foi descoberto um cartão da FRELIMO passado em nome do régulo de Mudedereia que a administração colonial acusou de cumplicidade no ataque a Tacuane. No dia 3 de Novembro todos os régulos do Distrito foram convocados a Ebide para julgar o régulo Mudedereia. O administrador disse que ele era «um leão que comia a sua própria gente», tendo reclamado a sua morte. Nesse mesmo dia, o régulo simpatizante da FRELIMO foi fuzilado publicamente.

REPRESSÃO E DERROTA

Durante três anos os guerrilheiros mantiveram-se no Distrito sabotando pontes, executando chefes «tradicionais» ligados ao Governo colonial, atacando postos da polícia e da tropa portuguesa. Por outro lado conseguiram mobilizar os trabalhadores da Chá Madal provenientes dos círculos de Mudedereia e Mucuern



Na noite do dia 24 de Outubro de 1964 os guerrilheiros atacaram o Posto Administrativo de Tacuane e uma loja

para que abandonassem o trabalho. Destes, os mais jovens decidiram fugir para a Tanzânia, tendo-se juntado à FRELIMO. Quase em todos os círculos se podem citar nomes de pessoas que fugiram nessa altura para se juntarem ao movimento. A ofensiva dos guerrilheiros foi particularmente quente durante o ano de 1965, mas veio-se a tornar, depois, cada vez menos eficaz, devido ao reforço da repressão da polícia e da tropa portuguesa. Finalmente, nos fins de 1967, os militantes da FRELIMO foram obrigados a retirar-se das bases na serra de Muabanama, através do Malawi. Com eles fugiu parte apreciável da população da zona de Muabanama, receosa das represálias dos colonialistas.

Até 1964 o distrito de Lugela tinha sido bastante negligenciado pelas autoridades coloniais. Uma vasta região (as actuais localidades administrativas de Tacuane de Muabanama) era controlada a partir do posto administrativo de Tacuane e muitas povoações não tinham qualquer acesso rodoviário.

Tudo isto se viria a modificar, porém, depois do ataque de Tacuane.

O administrador do distrito (na altura circunscrição), foi imediatamente substituído. A localidade de Tacuane foi dividida e criado novo Posto administrativo em Muabanama.

Foram instalados quartéis na sede e postos administrativos e abertos novos postos de polícia junto aos mais importantes centros comerciais. Destes locais saíram patrulhas periódicas, apoiadas pelo destacamento de tropa de Mocuba e de vigilantes de Pebane, Alto-Molócué e outros distritos da Zambézia. A grande reparação da estrada de Muabanama e a construção de novas pontes facilitou a circulação e, pela primeira vez, a rádio começou a ligar os diversos postos administrativos. O aumento dos efectivos do pessoal administrativo permitiu um contróle muito mais eficaz do distrito de Lugela.

Para além do reforço do aparelho político e militar no distrito, o Governo colonial tentou ainda intensificar o seu contróle sobre grupos dependentes do apoio ou tolerância da administração: autoridades «tradicionais», sipaios, professores, comerciantes, missionários, plantadores. A estes era apresentada uma escolha dura: contar tudo sobre actividade dos guerrilheiros ou ser considerado também como «inimigo de Portugal». Alguns resistiram. Determinados régulos continuaram a apoiar a FRELIMO e a pretender ignorância completa perante os interrogatórios da polícia colonial. Em Tacuane ainda se fala do colono — hoje moçambicano — que aconselhou os seus trabalhadores a ajudarem os guerrilheiros que chegassem às suas terras e a não comunicarem coisa alguma à administração. De modo geral, no entanto, houve muitos que vacilaram e traíram. Este facto, combinado com a fraca organização da segurança da guerrilha bloqueou o desenvolvimento da luta na região.

Perto da Missão Munguluni, por exemplo, Mutumula pretendia, em dada altura convencer o cabo de Muarruli a adquirir um cartão

da FRELIMO. Em resposta o cabo tentou-o matar com zagaia, tendo ido imediatamente informar em Munhamade que a FRELIMO operava no território. Interrogado mais tarde, um comerciante português de Mucubi indicou os nomes das pessoas que tinham comprado grandes quantidades de provisões na sua loja. Embora não tenha provas, a população da zona pensa que outros nomes foram fornecidos pelos missionários, e que, sob tortura, os presos, por seu turno denunciaram mais pessoas. O resultado foi a detenção de todo e qualquer elemento suspeito de manter relações com a FRELIMO nas zonas de Munguluni, Nagoma e Iossa, e a deportação das suas famílias. O régulo de Nan-goma (hoje M'bodora), que mesmo afirma não ter na altura concebido apoio real aos guerrilheiros, ficou preso durante oito anos. Depois, foi deportado por não ter informado devidamente sobre a actuação da FRELIMO nas suas terras.

Assim foi destruída a rede de apoio à luta numa das zonas mais povoadas do distrito, tendo-se registado operações semelhantes em Muabanama e Tacuane.

Num outro incidente foram capturados pelos guerrilheiros e levados para a base central do distrito um cabo e um vigilante. Estes no entanto conseguiram evadir-se e voltaram depois com a tropa portuguesa que surpreendeu os combatentes da FRELIMO, destruiu a base e apreendeu todo o material de guerra para o ir expor em Quelimane. A população que vivia em redor da base fugiu para o mato onde, juntamente com os guerrilheiros foi massacrada pela tropa. Os sobreviventes refugiaram-se no Malawi.

A colaboração das autoridades «tradicionais» e de certos elementos da população com



Inúmeros camponeses foram assassinados, acusados de darem apoio aos guerrilheiros

o Governo colonial tem portanto de ser analisada em função do nível de terror a violência da resposta fascista ao desafio da FRELIMO ao sistema colonial. Assim, depois da execução por fuzilamento do régulo de Mudedereia foi também fuzilado por alta-traição o régulo de Mu-
cuerra. Em Lugela e Muabanama, a população mostra hoje os locais onde foram enforcados ou fuzilados presos suspeitos de pertencerem à FRELIMO. Eram executados depois de abrirem as próprias covas onde seriam enterrados. Centenas de camponeses foram acusados de apoiarem os nacionalistas e enviados para Quelimane para interrogatório e tortura. As respectivas famílias foram deportadas para Muabanama, onde foram colocadas nos trabalhos de abertura de estradas e de construção de novo posto administrativo e onde passaram muita fome.

A VIDA DOS PRESOS E DEPORTADOS

A maior parte dos homens detidos foi levada para a prisão de Quelimane onde sofreu interrogatórios sob tortura. A PIDE tinha sacos de «feijão-macaco» que utilizou para esfregar nos corpos dos prisioneiros, que tiveram de passar a noite inteira sem se lavarem. Os agentes da polícia riam-se das opiniões políticas dos presos. Contavam com prazer a história do assassinato de Eduardo Mondlane e pretendiam que Mutumula também tinha sido morto.

Depois de passarem vários anos na prisão em Quelimane, os detidos foram distribuídos por outros locais: uns foram para Pebane, outros para Namacurra, outros ainda para Muabanama, juntamente com as famílias, tendo sido submetidos a violentos trabalhos forçados. O Governo colonial tentou deslocar para fora dos respectivos distritos de origem os diversos presos a fim de minimizar as suas possibilidades de evasão e também para limitar a sua influência política.

Em Muabanama as famílias deportadas também ficaram sem saber do destino ou situação dos presos, desconhecendo até se os mesmos estavam vivos ou mortos. Tendo fugido para o Malawi muitos dos antigos habitantes de Muabanama, ligados à FRELIMO, recaiu sobre os deportados o grosso do trabalho de construção do novo posto administrativo e quartel do local. Ficaram sob controle total, político e económico, da Administração e sujeitos às violências, desprezo e caprichos da tropa colonial.

Entretanto, e pela primeira vez, começou a produzir-se algodão em Muabanama. A iniciativa partiu dos próprios deportados — que tinham vindo das zonas algodoeiras de Lugela a Munhamade — quando estes constataram que a terra era propícia para aquela cultura e pediram sementes. Nas novas terras algodoeiras atingiram-se os mais elevados rendimentos por hectares do distrito. A manutenção das estradas — que era efectuada por motivos de segurança pelo Governo colonial — garantia o escoamento

do algodão produzido. Assim, as famílias conseguiram reconstituir a sua vida num local desconhecido, e ainda hoje falam da fertilidade das terras de Muabanama, «onde tudo dava muito bem». No entanto, na altura sentiam-se desenraizados por estarem longe das suas famílias e terras de origem.

A RESTAURAÇÃO DA «PAZ COLONIAL» 1968-1974

Durante os três anos seguintes, a repressão da guerrilha e da «subversão» política foram as preocupações centrais do administrador do Distrito. Tentava caluniar as informações divulgadas pelos militantes da FRELIMO apelidando-os de «terroristas». Percorria todo o Distrito e sobretudo Muabanama onde, antes da luta armada, quase nunca aparecia qualquer funcionário da Administração colonial. Com o desmoronamento da Frente da Zambézia, a Administração reganhou a sua confiança: começou a apelidar os restantes militantes de «bandidos»; organizou a instalação das populações ao longo das picadas para melhor controle económico e político; centrou as suas atenções na recuperação da produção — algodão, culturas alimentares, castanha de caju.

Apesar do reduzido número de patrulhas e operações militares no distrito manteve-se a atitude de racismo feroz patente nas atitudes da Administração local logo depois do ataque a Tacuane.

Para o campesinato de Lugela este período foi bastante contraditório.

Por um lado, o controle quotidiano da administração colonial foi muito mais intensivo do que anteriormente. Mas, por outro lado, o aumento dos salários das plantações e o fomento das culturas comerciais permitiram a melhoria das condições de vida de alguns sectores da população. Na localidade de Munhamade, por exemplo, alguns camponeses começaram a alugar tractores para expandir as suas machambas de algodão e milho. A produção de algodão atingiu o seu máximo no Distrito.

Nestes anos, a população de Lugela foi praticamente separada do contacto com o processo de desenvolvimento da FRELIMO. Os alunos que estudavam nas escolas de Quelimane e Mocuba e eram provenientes de Lugela nem se quer durante as férias podiam regressar ao Distrito. Lugela era considerada «terra subversiva» e, para a administração colonial, pessoas vindas de fora poderiam trazer notícias e reacender uma vez mais o «fogo» da FRELIMO.

Assim, até 1974, a própria história de luta do Distrito nunca tinha sido enquadrada politicamente. As populações que viviam perto da sede de Lugela e que por medo seguiram os seus régulos na colaboração com o Governo colonial, pretendem que não sabiam nada sobre a actuação da FRELIMO. Afirmam que só ouviam falar de «bandidos». Outras pessoas, mais



Com a vitória da Frente de Libertação de Moçambique nasceu uma nova esperança para a população do distrito pobre de Lugela

ligadas à luta, têm tendência a mistificá-la: colocam toda a tónica da história sobre o papel pessoal de Mutumula, apresentando-o como um herói dotado de poderes mágicos. O aparelho colonial de propaganda e de controlo da informação tinham conseguido silenciar, no Distrito, a voz da FRELIMO.

O REGRESSO DA FRELIMO: 1974

Em 1974, comandantes da FRELIMO chegaram uma vez mais ao distrito de Lugela. Colocaram um aviso na porta da «Chá Madal», em Tacuane, no mesmo local onde tudo tinha começado, 10 anos antes. Mais tarde o povo veio assistir à transferência de poderes em Lugela; ficou admirado quando, durante a cerimónia, o mesmo chefe da polícia que tinha tratado a população com tanto desprezo e brutalidade no tempo colonial, se apressou a salvar uma criança que tinha caído na multidão. Diante do povo e do próprio administrador, o comandante da FRELIMO gritou «Abaixo a administração colonial».

A FRELIMO explicou como noutros países se tinham organizado cooperativas que permitiam ao povo melhorar a sua vida — ter lojas e moinhos e até tractores. Assim, foram abertas machambas colectivas em todo o distrito. Os presos regressaram às suas terras, bem como os deportados e parte da população exilada no Malawi. Muitos dos regressados foram nomeados como membros dos Grupos Dinamizadores e, mais tarde, juntaram-se ao Partido.

É evidente que a chegada da FRELIMO não trouxe a resolução imediata e o fim de todos os problemas. Lançou um processo que ainda hoje enfrenta grandes dificuldades. No contexto da Zambézia, Lugela é um distrito relativamente pequeno pobre que não parece merecer grande prioridade. As montanhas de Muabanama, que ofereciam protecção à guerrilha da FRELIMO, dificultam hoje o transporte e as comunicações no Distrito e podem até fornecer abrigo ao inimigo. A nova Administração só foi instalada em Lugela em 1979, havendo desde a

Independência graves problemas de comercialização e abastecimento, particularmente na localidade de Muabanama.

O nível da produção comercializada do campesinato tem baixado muito. As plantações têm grandes dificuldades de recrutamento e alimentação dos trabalhadores. O processo de formação de cooperativas e aldeias comunais é ainda muito débil. Muitos dos responsáveis políticos nomeados de entre o grupo de regressados encontram pouco sucesso na sua actividade. Na medida em que estiveram durante 10 anos longe da sua terra, já não a conhecem, e o facto de terem sofrido por serem da FRELIMO, não é necessariamente garantia do desenvolvimento político.

Em resumo, Lugela passa talvez hoje uma das fases mais duras da sua libertação. Por isso julgamos tão importante enquadrar politicamente a sua história e reconhecer a continuidade da sua luta.

(Este trabalho representa um esboço da síntese de diversas testemunhas orais que ouvimos durante a nossa breve estada no distrito de Lugela. Como é evidente, não se trata de uma versão definitiva desta história: há ainda muitas outras fontes a consultar, entre as quais a mais importante seja talvez os próprios dirigentes da luta da FRELIMO naquele local. Aqui tentamos apenas responder ao pedido do povo de Lugela que se declarava disposto a participar na construção de uma nova história do País.

Lamentando não poder indicar todas as pessoas que nos ajudaram, passamos a revelar os nomes de algumas delas, todas elas habitantes de Lugela: Massuma Supune, de Nagobo; Estêvão Somalo e José Mário, de Nathomodo; Saíd Sitiva Mateus; Daniel Calavate Bimo, Luís Salari Mumuli e Siquiteiro Muissao, de Mucumarri; Armando Janja, de M'bodora; Nampara Mudamanga, de Ebide; Ambaine Nemburio, Baulene Forma, Morra Mucanhe, Correia Mulawia, Mucango N'saca, Roben Gilowe e James Joaquim, de Muabanama; Berta António Miguel, de Erruruni; Pedro Caminho, de Mabu; Saraivo Enriquez Nacuacuara da Célula do Chá Madal em Mabu).

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS